

Japira Holdings S.A.

CNPJ 08.503.701/0001-55
Sede: Núcleo Cidade de Deus - Osasco - SP

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,
Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas. às Demonstrações Contábeis da Japira Holdings S.A. ("Companhia"), relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2017, acompanhadas das Notas Explicativas e do Relatório dos Auditores Independentes.
No exercício findo em 31 de dezembro de 2017, a Companhia registrou Lucro Líquido de R\$ 111.026 mil, Patrimônio Líquido de R\$ 1.805.447 mil e Ativos Totais de R\$ 1.843.794 mil. A Assembleia Geral deliberará quanto à parcela do lucro líquido que será retida para preservação e manutenção

do capital social. A política de dividendos da Companhia assegura o dividendo mínimo de 1% do lucro líquido aos acionistas, conforme previsto em seu estatuto social.
Colocamo-nos à disposição de V.Sas. para quaisquer esclarecimentos que julgarem necessários.

Osasco, SP, 31 de janeiro de 2018.

Diretoria

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO - Em Milhares de Reais

	2017	2016
ATIVO		
CIRCULANTE	1.843.110	1.708.744
Caixa e Equivalentes de Caixa (Nota 5)	927.554	72.623
Ativos Financeiros Disponíveis para Venda (Nota 6)	880.366	1.629.499
Tributos a Compensar ou a Recuperar (Nota 14d)	35.190	-
Créditos Tributários (Nota 14c)	-	6.622
NÃO CIRCULANTE	684	19
Realizável a Longo Prazo	684	19
Créditos Tributários (Nota 14c)	684	19
TOTAL	1.843.794	1.708.763

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

	2017	2016
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
CIRCULANTE	38.347	11.560
Impostos e Contribuições a Recolher (Nota 14e)	37.220	10.023
Dividendos a Pagar (Notas 9c e 13a)	1.055	1.470
Obrigações a Pagar (Nota 8)	72	67
NÃO CIRCULANTE	-	136
Provisão para Impostos e Contribuições	-	136
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	1.805.447	1.697.067
Capital Social:		
- De Domiciliados no País (Nota 9a)	896.314	896.314
Reservas de Lucros (Nota 9b)	910.460	800.489
Ajuste de Avaliação Patrimonial	(1.327)	264
TOTAL	1.843.794	1.708.763

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO - Em Milhares de Reais

	Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2017	2016
RECEITAS OPERACIONAIS		132.154
Receita de Equivalência Patrimonial (Nota 7)	-	132.154
DESPESAS OPERACIONAIS	(10.029)	(1.837)
Despesas Tributárias (Nota 11)	(8.207)	(1.672)
Despesas Gerais e Administrativas (Nota 12)	(1.822)	(165)
RESULTADOS FINANCEIROS	176.477	35.917
Receitas Financeiras (Nota 10)	176.477	35.917
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO	166.448	166.234
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DIFERIDO (Nota 14)	(55.422)	(11.531)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	111.026	154.703
Número de ações (Nota 9a)	1.091.313.430	1.091.313.430
Lucro Líquido Básico por lote de mil ações em R\$	101,74	141,76

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA - Em Milhares de Reais

	Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2017	2016
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais:		
Lucro Líquido antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	166.448	166.234
Ajustes ao Lucro Líquido antes dos Impostos:	(39)	(132.217)
Resultado de Equivalência Patrimonial	-	(132.154)
Juros, Variações Monetárias, Líquidas	(39)	(63)
Lucro Líquido Ajustado	166.409	34.017
Redução em Ativos Disponíveis para Venda	747.542	-
(Aumento)/Redução em Outros Ativos	(29.194)	291.688
Aumento/(Redução) em Outras Obrigações	(28.356)	(53.606)
Caixa Líquido Proveniente/(Utilizado) nas Atividades Operacionais	856.401	272.099
Fluxo de Caixa das Atividades de Investimentos:		
Dividendos Recebidos	-	1.271
Caixa Líquido Proveniente/(Utilizado) nas Atividades de Investimentos	-	1.271
Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamentos:		
Dividendos Pagos	(1.470)	(201.271)
Caixa Líquido Proveniente/(Utilizado) nas Atividades de Financiamentos	(1.470)	(201.271)
Aumento de Caixa e Equivalentes de Caixa	854.931	72.099
Início do Exercício	72.623	524
Fim do Exercício	927.554	72.623
Aumento de Caixa e Equivalentes de Caixa	854.931	72.099

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS - Em Milhares de Reais

1) CONTEXTO OPERACIONAL

A Japira Holdings S.A. é uma Companhia que tem por objetivo a administração, compra, venda e locação de bens próprios, e a participação em outras sociedades como cotista ou acionista. A Japira Holdings S.A. é parte integrante da Organização Bradesco, utilizando-se de seus recursos administrativos e tecnológicos e suas demonstrações contábeis devem ser analisadas neste contexto.
A autorização para a emissão destas demonstrações contábeis foi concedida pela Diretoria em 31 de janeiro de 2018.

2) PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis da Companhia, foram elaboradas de forma consistente entre os exercícios, e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil em 31 de dezembro de 2017. A Administração declara que as divulgações realizadas nas demonstrações contábeis evidenciam todas as informações relevantes utilizadas na sua gestão.

2.1) Base de preparação e apresentação das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). Elas foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor e ajustados para refletir a mensuração dos ativos ao seu valor justo, quando aplicável.

2.2) Moeda funcional e de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações contábeis são mensurados utilizando-se a moeda do principal ambiente econômico no qual a Companhia atua, que é o Real (R\$). As demonstrações contábeis estão sendo apresentadas em milhares de reais.

2.3) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são utilizados para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo. Assim sendo, incluem disponibilidades em moeda nacional e fundos de investimentos financeiros, e apresentem risco insignificante de mudança de valor justo, uma vez que são prontamente convertíveis em dinheiro.

2.4) Ativos financeiros

A Companhia classifica seus ativos financeiros sob a categoria: para negociação, disponíveis para venda, empréstimos e recebíveis. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A Administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial.

Ativos financeiros disponíveis para venda

Investimentos disponíveis para venda são ativos financeiros não derivativos, que não são classificados para negociação, empréstimos e recebíveis, mantidos até o vencimento, para os quais existe a intenção de mantê-los por um período de tempo indefinido e que podem ser vendidos em resposta a mudanças nas taxas de juros, taxas de câmbio, preços de títulos de patrimônio ou necessidades de liquidez.

2.5) Determinação do valor justo

O valor justo dos ativos financeiros é apurado de acordo com a cotação de preço de mercado disponível na data do balanço. Se não houver cotação de preços de mercado disponível, os valores são estimados com base em cotações de distribuidores, modelos de definições de preços, modelos de cotações ou cotações de preços para instrumentos com características semelhantes.
As aplicações em fundos de investimento são avaliadas com base no valor da cota divulgada pelo Administrador do fundo investidor, que reflete o valor de mercado dos investimentos que compõem a carteira do respectivo fundo.

2.6) Provisões, ativos e passivos contingentes e obrigações legais

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, das contingências ativas e passivas e também das obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos pelo CPC 25, sendo:

- Ativos Contingentes: não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Administração possui controle da situação ou quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não caibam mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo, e pela confirmação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação ao outro passivo exigível. Os ativos contingentes, cuja expectativa de êxito é provável, são divulgados nas notas explicativas;
- Provisões: são constituídas levando em conta a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento de tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável, o que ocasionaria uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações, e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança;
- Passivos Contingentes: de acordo com o CPC 25, o termo "contingente" é utilizado para passivos que não são reconhecidos, pois a sua existência somente será confirmada pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros e incertos que não estejam totalmente sob o controle da Administração. Os passivos contingentes não satisfazem os critérios de reconhecimento, pois são considerados como perdas possíveis, devendo ser apenas divulgados em notas explicativas, quando relevantes. As obrigações classificadas como remotas não são provisionadas e nem divulgadas; e
- Obrigações Legais - Provisão para Riscos Fiscais: decorrem de processos judiciais, cujo objeto de contestação é sua legalidade ou constitucionalidade que, independentemente da avaliação acerca da probabilidade de sucesso, têm os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações contábeis.

2.7) Patrimônio líquido

a) Lucro por ação

A Companhia apresenta dados de lucro por ação básico. O lucro por ação básico é calculado dividindo-se o lucro líquido atribuível aos acionistas da Companhia pela média ponderada das ações ordinárias durante o ano, excluindo a quantidade média das ações ordinárias adquiridas pela Companhia e mantidas em tesouraria.

b) Dividendos a pagar

A distribuição de dividendos para os acionistas da Companhia é reconhecida como passivo nas demonstrações contábeis, no período em que a distribuição é aprovada por eles, ou quando da proposição do dividendo mínimo obrigatório previsto no Estatuto da Companhia.

2.8) Reconhecimento da receita

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber no curso normal das atividades da Companhia.
A Companhia reconhece a receita quando o seu valor puder ser mensurado com segurança, for provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a Companhia e quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades da Companhia.

Receitas Financeiras

As receitas financeiras abrangem receitas sobre fundos investidos, atualização monetária e variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado.

2.9) Imposto de renda e contribuição social (ativo e passivo)

Os créditos tributários sobre adições temporárias serão realizados quando da utilização e/ou reversão das respectivas provisões sobre as quais foram constituídos. Tais créditos tributários são reconhecidos contabilmente com base nas expectativas atuais de sua realização, considerando os estudos técnicos e as análises realizadas pela Administração.

A provisão para imposto de renda é constituída à alíquota-base de 15% do lucro tributável, acrescida de adicional de 10%. A provisão para contribuição social é calculada sobre o lucro antes do imposto de renda, considerando a alíquota de 9%.

A despesa com imposto de renda corrente é calculada pela soma do imposto corrente resultante da aplicação da alíquota adequada ao lucro real do exercício (líquido de quaisquer ajustes previstos para fins fiscais) e do imposto diferido proveniente dos ativos e passivos fiscais diferidos reconhecidos na demonstração do resultado.

Foram constituídas provisões para os demais impostos e contribuições sociais, de acordo com as respectivas legislações vigentes.

2.10) Outros ativos e passivos

Os ativos estão demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas (em base *pro rata* dia) e provisão para perda, quando julgada necessária. Os passivos demonstrados incluem os valores conhecidos e mensuráveis, acrescidos dos encargos e das variações monetárias incorridas (em base *pro rata* dia).

3) GERENCIAMENTO DE RISCOS

A Companhia é parte integrante da Organização Bradesco, sendo que seu gerenciamento de risco é realizado por área técnica especializada da Organização, de maneira corporativa e centralizada, sendo um processo contínuo e evolutivo de mapeamento, desenvolvimento, aferição e diagnóstico através de modelos, instrumentos e procedimentos vigentes, exigindo alto grau de disciplina e controle nas análises das operações efetuadas, preservando a integridade e a independência dos processos.

Valor justo de ativos e passivos financeiros

A Companhia aplica o CPC 40 para instrumentos financeiros mensurados no balanço patrimonial pelo valor justo, o que requer divulgação das mensurações do valor justo pelo nível da seguinte hierarquia de mensuração pelo valor justo:

Nível 1

Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos.

Nível 2

Inputs, exceto preços cotados, incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).

Nível 3

Premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

4) USO DE ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS

Nas Demonstrações Contábeis foram utilizadas algumas estimativas e julgamentos contábeis elaborados a fim de quantificar determinados ativos e passivos. Tais estimativas e julgamentos são continuamente avaliados e baseiam-se em experiência histórica e diversos outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, considerados razoáveis nas circunstâncias atuais.

Determinados ativos estão sujeitos à revisão de perda de valor recuperável (*impairment*). As despesas com perda de valor recuperável são registradas quando existem evidências claras de perda ao valor recuperável, ou de não-recuperabilidade do custo dos ativos. A avaliação do que constitui perda de valor recuperável é uma matéria que requer um nível significativo de julgamento.

5) CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Em 31 de dezembro	
	2017	2016
Disponibilidades em moeda nacional	5	5
Fundos de investimentos financeiros (1)	927.549	72.618
Total de caixa e equivalentes de caixa	927.554	72.623

(1) Referem-se a aplicações de renda fixa em Fundos de Investimentos Financeiros, (composto por Letras financeiras do tesouro e Operações Compromissadas) exclusivos a integrantes da Organização Bradesco ou companhias a ele ligadas, que sejam considerados investidores qualificados, administrados pelo Banco Bradesco S.A.

6) ATIVOS FINANCEIROS DISPONÍVEIS PARA VENDA

	2017		2016	
	De 181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Valor contábil/mercado (2)	Valor de custo atualizado
Títulos				
Letras financeiras (1)	-	880.366	880.366	882.376
Total em 2017	-	880.366	880.366	882.376
Total em 2016	-	-	-	1.629.499

(1) Refere a Letras Financeiras emitidas pelo Banco Bradesco S.A., a taxa de 102% do CDI, com vencimentos em 19/12/2019, classificadas como Nível 2; e (2) O valor de mercado dos títulos e valores mobiliários é apurado de acordo com a cotação de preço de mercado disponível na data do balanço. Se não houver cotação de preços de mercado disponível, os valores são estimados com base em cotações de distribuidores, modelos de precificação, modelos de cotações ou cotações de preços para instrumentos com características semelhantes.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DOS EXERCÍCIOS EM 31 DE DEZEMBRO

Eventos	Capital Social		Reservas de Lucros		Ajuste de Avaliação Patrimonial Própria	Lucros Acumulados	Totais
	Legal	Estatutária	Legal	Estatutária			
Saldos em 31.12.2015	788.506	866.295	46.055	866.295	-	-	1.700.856
Aumento de Capital com Reservas (Nota 9a)	65.094	(65.094)	-	-	-	-	-
Aumento de Capital por Incorporação (Nota 9c)	42.714	-	-	-	-	-	42.714
Pagamento de Dividendos com Reservas (Nota 9c)	-	-	(200.000)	-	-	-	(200.000)
Lucro Líquido do Exercício	-	-	-	-	-	154.703	154.703
Ajuste de Avaliação Patrimonial	-	-	-	-	264	-	264
Total dos Resultados Abrangentes	-	-	-	-	-	154.967	154.967
Destinações: - Reservas	-	7.735	145.498	-	-	(153.233)	-
- Dividendos Pagos	-	-	-	-	-	(1.470)	(1.470)
Saldos em 31.12.2016	896.314	53.790	746.699	264	-	-	1.697.067
Lucro Líquido do Exercício	-	-	-	-	-	111.026	111.026
Ajuste de Avaliação Patrimonial	-	-	-	-	(1.591)	-	(1.591)
Total dos Resultados Abrangentes	-	-	-	-	-	109.435	109.435
Destinações: - Reservas	-	5.551	104.420	-	-	(109.971)	-
- Dividendos Propostos	-	-	-	-	-	(1.055)	(1.055)
Saldos em 31.12.2017	896.314	59.341	851.119	(1.327)	-	-	1.805.447

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE - Em Milhares de Reais

	Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2017	2016
Lucro Líquido do Exercício	111.026	154.703
Ajuste de Avaliação Patrimonial	(1.591)	264
Total do Resultado Abrangente do Exercício	109.435	154.967

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

7) INVESTIMENTOS

Em 31 de outubro de 2016, ocorreu a Incorporação da STVD Holdings S.A. (Sociedade Incorporada) pela Japira Holdings S.A. (Sociedade Incorporadora), conforme Instrumento de Protocolo e Justificativa de Incorporação. A receita de equivalência patrimonial registrada pela Companhia até a data da incorporação totalizou o montante de R\$ 132.154.

8) OUTRAS OBRIGAÇÕES

	Em 31 de dezembro	
	2017	2016
Ediais e publicações	72	67
Total	72	67

9) PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Composição do capital social em ações

O capital social, totalmente subscrito e integralizado, é dividido em ações nominativas-escriturais, sem valor nominal.

	Em 31 de dezembro	
	2017	2016
Ordinárias	1.091.313.430	1.091.313.430
Total	1.091.313.430	1.091.313.430

Em Reunião de Sócios Cotistas realizada em 22 de abril de 2016, deliberou-se aumentar o Capital Social no valor de R\$ 65.094, elevando-o de R\$ 788.506 para R\$ 853.600, mediante a capitalização de parte do saldo da conta "Reserva de Lucros - Estatutária", de acordo com o disposto no Parágrafo Primeiro do Artigo 167 da Lei nº 6.404/76. Em consequência, a redução do "caput" do Artigo 6º. O Capital Social é de R\$ 853.600, dividido em 1.066.240.006 ações ordinárias, nominativas-escriturais, sem valor nominal.

Em Reunião de Sócios Cotistas realizada em 31 de outubro de 2016, deliberou-se aumentar o Capital Social no valor de R\$ 42.714, elevando-o de R\$ 853.600 para R\$ 896.314, com a emissão de 25.073.424 novas ações ordinárias, nominativas escriturais, sem valor nominal a serem atribuídas aos acionistas minoritários da STVD (Incorporada), na proporção de suas participações no capital social daquela Sociedade, conforme segue: a) 5.923.

Japira Holdings S.A.

CNPJ 08.503.701/0001-55

Sede: Núcleo Cidade de Deus - Osasco - SP

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS - Em Milhares de Reais

15) OUTRAS INFORMAÇÕES

- a) A Companhia não operou com instrumentos financeiros derivativos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e de 2016.
- b) Em 31 de dezembro de 2017 e 2016 não há processos com riscos fiscais, cíveis e trabalhistas avaliados como perda possíveis ou prováveis de natureza relevantes.
- c) Não houve eventos subsequentes que requeiram ajustes ou divulgações, para as demonstrações contábeis encerradas em 31 de dezembro de 2017.
- d) CPC 48 - Instrumentos Financeiros (IFRS 9): Reconhecimento e Mensuração - as principais mudanças do CPC 48 em relação ao CPC 38 são: (i) todos os ativos financeiros devem ser, inicialmente, classificados conforme o modelo de negócio; (ii) a norma divide todos os ativos financeiros, que estão atualmente no escopo do CPC 38, em três classificações: custo amortizado, valor justo por meio de outros resultados abrangentes e valor justo por meio do resultado;

(iii) as categorias constantes no CPC 38, tais como a de negociação, disponíveis para venda e mantidos até o vencimento foram eliminadas; e (iv) o conceito de derivativos embutidos do CPC 38 foi extinto pelos conceitos deste novo CPC.

O CPC 48 será aplicável a partir de 1º de janeiro de 2018, na avaliação da Companhia não teremos reclassificações decorrentes da adoção do CPC 48. A Companhia acredita que as perdas por redução ao valor recuperável (*impairment*) não terão reflexos relevantes para os ativos e investimentos diretos/ indiretos avaliados no modelo do CPC 48.

DIRETORIA

Marcelo da Silva Rego – Contador – CRC 1SP301478/O-1

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Acionistas e Administradores da

Japira Holdings S.A.

Osasco - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Japira Holdings S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Japira Holdings S.A. em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações contábeis

A administração pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
 - Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
 - Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
 - Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
 - Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Osasco, 26 de março de 2018



KPMG
KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP028567/O-1 F-SP

André Dala Pola
Contador CRC 1SP214007/O-2